

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.301.897 - MT (2018/0129057-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : LAURA GARCIA SALES - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : JOSE DA COSTA SALES - INVENTARIANTE  
**ADVOGADOS** : LUIZ EMÍDIO DANTAS JÚNIOR - MT007400  
PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS E OUTRO(S) -  
MT008014  
**AGRAVADO** : SELDEN SILVA  
**AGRAVADO** : LUCIA MASSAGUT GUIMARAES  
**ADVOGADO** : ATILA SILVA GATTASS E OUTRO(S) - MT002308

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAL TERIA SIDO O DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. DISPOSITIVOS LEGAIS QUE NÃO GUARDAM RELAÇÃO COM A TESE JURÍDICA. SÚMULA 284/STF. TESES RECURSAIS QUE PARTEM DE PREMISSAS FÁTICAS EXPRESSAMENTE REJEITADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPRESCINDIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por ESPÓLIO DE LAURA GARCIA SALES contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

As razões apresentadas no agravo são suficientes para que se analise o recurso especial, motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, o recorrente alega violação dos artigos 235 a 242 do Código Civil e aos artigos 10, 499 e 700 do Código de Processo Civil.

Argumenta que tendo a obrigação discutida "*natureza de dar coisa certa, e que os devedores-recorridos, por sua vez, se desfizeram da coisa entregue em confiança, mediante parceria na respectiva produção por liberalidade própria, resta cabível a aplicação do art. 236 do Código Civil, em consequência do art. 235 do mesmo diploma legal*". Entende que a "*confissão de dívida (fl. 28) tem natureza de obrigação de pagar quantia certa e não de obrigação de dar, sendo compatível, por sua vez, o pedido de pagamento requerido na peça vestibular em detrimento de uma obrigação de entrega de coisa*". Entende que "*ainda que opte pela manutenção da relação obrigacional, esse fato não descarta a possibilidade de se exigir a devida indenização. Assim pode o credor dar por resolvido o negócio, havendo restituição ao status quo ante, e pagamento, por parte do devedor culpado, das perdas e danos*". Assevera que "*a prova hábil a instruir a ação monitória não precisa ser robusta, basta que tenha forma escrita e seja suficiente para, efetivamente, influir na convicção do magistrado acerca da probabilidade do direito posto em juízo*". Sustenta que "*a documentação apresentada com a peça de ingresso, que não se concentra apenas nos contratos de parceria pecuniária firmado entre as partes, mas também e principalmente na expressa manifestação de outra alternativa para pagamento de quantia certa, verifica-se que o provimento pretendido é perfeitamente útil a estes, sendo, por consequência, a via processual adequada a tal procedimento*". Assevera que "*o devedor-recorrido foi categórico ao afirmar que não possui mais o gado que lhe foi entregue e muito menos a sua produção, descartando, de imediato, o cumprimento de sua obrigação mediante a entrega de coisa incerta, disponibilizando ao credor-recorrente a faculdade pelo recebimento em espécie, após a alienação da sua fazenda, ou mediante terras, de forma proporcional ao próprio débito*". Afirma que "*a confissão de dívida firmada pelos devedores (fl. 28), tem natureza de obrigação de pagar quantia certa e não de obrigação de entrega de gado, conforme avençado anteriormente, sendo compatível e podendo lastrear, por sua vez, o pedido de pagamento*".

*requerido na peça vestibular". Assevera que "ainda que os próprios recorridos tivessem firmado a substituição da obrigação de entregar reses por pagamento em quantia certa ou por entrega de terras no valor equivalente ao débito dos mesmos, somente é dado ao Juiz, segundo se extrai do próprio acórdão, a possibilidade de converter a obrigação de entrega de coisa por pagamento em quantia certa". Argumenta que a expressão "prova escrita" contida no artigo 700 do Código de Processo Civil "deve ser entendida como qualquer documento que permita ao magistrado inferir a existência do direito alegado". Reitera que "a obrigação requerida exsurge da prova escrita colacionada aos autos em que os recorridos emitem uma declaração discorrendo sobre uma nova forma de pagamento do débito, anteriormente firmado por meio de entrega de gado e, posteriormente à confissão de dívida, através de pagamento em dinheiro ou outro bem equivalente ao valor devido". Afirma que o Tribunal de origem, "ao reconhecer uma preliminar de mérito de ofício, sem oportunizar às partes a devida manifestação a respeito desse item, contrariou o devido processo legal ao não observar o artigo 10 do Código de Processo Civil, provocando em desfavor do embargante um verdadeiro cerceamento de defesa". Postula pelo afastamento da multa que lhe fora aplicada com fundamento na litigância de má-fé, pois "o que se extrai do julgamento do recurso de apelação é que a discussão da (in)adequação da via eleita da Ação Monitória ora em julgamento foi suscitada no próprio julgamento, por questão de ordem, razão pela qual não há que se falar em pedido de novo julgamento via" embargos declaratórios.*

Este recurso, todavia, sequer comporta conhecimento.

Há inúmeros fundamentos para deixar de conhecer do presente recurso.

Inicialmente, é patente a deficiência das razões recursais, encontrando o conhecimento do recurso óbice na Súmula 284/STF.

Observe-se que a interposição de recurso especial deve demonstrar como, no caso concreto, ocorreu a violação à legislação federal. Assim, invariavelmente o recurso deverá indicar com precisão o dispositivo legal que entende ter sido inobservado e apresentar elementos particulares aos caso concreto que

demonstram como, de fato, isto teria ocorrido. Em outras palavras, a estrutura a ser adotada nas razões recursais é sempre a mesma, há uma premissa maior, um comando legal, e uma premissa menor, uma conduta que permite concluir pela inobservância deste.

Destarte, cabe a quem recorre, invariavelmente, apresentar estes dois elementos, de modo que a ausência tanto de premissa maior quanto de premissa menor tornarão deficiente a fundamentação recursal, pois impossibilita a verificação de como a legislação federal foi violada.

No que tange ao pedido de afastamento da multa que lhe fora aplicada, há de se observar que não há a efetiva indicação de qual teria sido o dispositivo legal violado, o que, por si só, impõe a aplicação da Súmula 284/STF.

No que tange aos artigos do Código Civil, há de se observar que o debate verificado no acórdão recorrido diz respeito a questão estritamente processual, a carência de ação por ter o recorrente ajuizado ação monitória postulando o pagamento de quantia certa, lastreando tal pretensão em Contratos de Parceria Pecuária que conteriam apenas obrigações de entregar coisa. A desembargadora que relatou o acórdão pontuou que "*objeto da ação é para entrega de coisa certa (semoventes) e o pedido constante da inicial é para a entrega de quantia certa*", motivo pelo qual reformou a sentença apelada para extinguir o feito sem julgamento de mérito.

Nestes termos, é incompreensível como poderiam os dispositivos do Código Civil indicados poderiam ter sido violados, tendo em vista que pressupunham a apreciação do mérito da ação monitória. Cumpre destacar que nenhum dos desembargadores negou a possibilidade de se converter uma obrigação de entregar coisa certa em uma obrigação de pagar, tendo apenas consignado, como dito anteriormente, que não se poderia ajuizar uma ação monitória pleiteando o pagamento de quantia certa trazendo apenas documentos que comprovem a existência de uma obrigação de entregar coisa certa.

Tal óbice não se aplica apenas à alegada violação aos artigos do Código de Processo Civil, os quais guardam relação com a matéria decidida pelo Tribunal de

origem e teriam, em abstrato, aptidão para alterar o quanto decidido.

Nada obstante, o conhecimento destas questões, assim como das anteriormente indicadas, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, torna-se imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

Não se ignora que a discussão sobre prova tem sido admitida por este Tribunal Superior, mas tal hipótese é restrita aos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão. Assim, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Observe-se que a tese recursal principal, de que não se poderia extinguir o feito sem julgamento de mérito, está calcada em uma premissa fática, de que haveria documento escrito nos autos que comprovaria a existência de obrigação de pagar, uma suposta confissão de dívida. Tal premissa, todavia, foi expressamente rejeitada pelo Tribunal de origem, que considerou que a documentação juntada comprovaria apenas a existência de obrigação de entregar coisa certa. A bem da verdade, o que se observa é que há pedido quase expreso de reexame do conjunto fático-probatório dos autos, para que se verifique se haveria ou não documento escrito que pudesse comprovar a existência da obrigação de pagar indicada na petição inicial, o que inequivocamente encontra óbice na Súmula 7/STJ.

O fato do recorrente transcrever o conteúdo do documento não afasta a

aplicação da Súmula 7/STJ, pois ainda é necessário verificar a sua veracidade, o que não pode ser feito sem o revolvimento do acervo fático-probatório. Mais a mais, simplesmente não é possível compreender como este documento poderia comprovar a existência de uma obrigação de pagar, tendo em vista que não há a indicação do valor ou ao menos das balizas para o seu cálculo.

As mesmas ponderações aplicam-se à alegada violação ao artigo 10º do Código de Processo Civil. Tendo-se consignado no acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração que *"a matéria suscitada como questão de ordem (ausência de interesse processual por inadequação da via eleita) foi debatida nas razões do Apelo (fl. 173/193), bem como na contraminuta apresentada pelo Recorrente (fls. 196/212), de modo que foi oportunizado ao Embargante manifestar sobre a questão, não havendo falar em violação ao Princípio do Contraditório e Ampla Defesa"*, simplesmente não há como apreciar a questão sem que se revolva o acervo fático dos autos. A discussão aqui é fática, não jurídica, não se está discutindo a necessidade de intimação da parte, mas sim se teve ou não a oportunidade para se manifestar antes da decisão acerca desta questão. A discussão reside na premissa fática, não na aplicação da norma ao caso, o que inequivocamente encontra óbice na Súmula 7/STJ.

**Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NÃO CONHECER do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**